

RESUMO

Introdução: O aleitamento materno (AM) é reconhecido como uma prática de relevante impacto social, sendo determinante para o desenvolvimento humano. As práticas relacionadas à amamentação têm interface com o contexto sociocultural das famílias e embora seja um ato natural, o AM é também um comportamento aprendido. O incentivo à amamentação integra ações que fomentam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Este estudo compõe uma pesquisa de mestrado teve como objetivo reconhecer a importância da amamentação para garantia da SAN.

Método: Trata-se de um estudo descritivo-analítico com adoção de métodos da pesquisa qualitativa. Para identificar desafios e facilidades vivenciadas pelas mães no processo da amamentação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com mulheres que vivenciaram o início da amamentação em um hospital-maternidade do município do Rio de Janeiro, entre agosto a setembro de 2020. A pesquisa foi aprovada por Comitês de Ética em Pesquisa. Resultados e discussão: A amamentação é um direito humano relacionado à saúde da criança e da mulher, que perpassa as experiências vivenciadas no pré-natal, parto, primeira hora após o nascimento e puerpério, influenciando o ciclo de vida da mãe e do bebê. Por meio da escuta de 13 mulheres, pode-se refletir sobre duas recomendações que associam a prática do AM e seu papel à garantia da SAN: amamentação na primeira hora de vida e amamentação sob livre demanda. Em relação à amamentação logo após o nascimento do recém-nascido, mais da metade das entrevistadas (7) contaram não ter amamentado. Pode-se perceber que é essencial que as maternidades valorizem a chamada “hora de ouro” como um momento de garantia ao direito à alimentação adequada do recém-nascido. Seja parto normal ou cesariana, a recomendação atual é que haja contato pele a pele, pelo menos uma hora, e que o início da amamentação seja o mais precoce possível. Outro aspecto relevante foi a amamentação sob livre demanda. Esta prática apareceu como uma das principais dificuldades das entrevistadas. Observou-se confusão acerca do conceito “livre demanda”, tanto pela mãe quanto pela rede de apoio, o que revelou a ideia de que é dever e responsabilidade da mulher estar sempre disponível para a criança. Repensando a amamentação sob livre demanda a luz conceito de SAN, pode-se dizer que esta prática garante uma alimentação adequada, de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Neste cenário, quem produz o leite materno é a mulher, sendo o peito da mãe a fonte de alimento da criança, mas a responsabilidade de garantir a subsistência não é somente dela. Por isso, é necessário o apoio de sua rede e de políticas públicas que assegurem esta prática. Conclusões: Para que as mulheres exerçam o seu protagonismo desde o primeiro contato com recém-nascido e durante todo processo de amamentação, é necessário fortalecer a discussão sobre o papel do AM na garantia da SAN junto à família e sua rede social de apoio, nos serviços de atenção da saúde e nas instâncias de gestão e definição de políticas públicas, que devem reconhecer a amamentação é um direito a ser garantido.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento Materno, Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), flaviagcl@gmail.com

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), GIANEMOLIARI@GMAIL.COM

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), thaissalema@gmail.com

